



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0006067-44.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Documento de Origem: **CF, OF - 2328/2014 - 5º Distrito Policial de São Carlos, 2234/2014 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **PAULO ROBERTO DA MOTA**
 Vítima: **Paola Tozzetti Mancini**

Réu Preso

Aos 14 de agosto de 2014, às 14:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu PAULO ROBERTO DA MOTA, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima, duas testemunhas de acusação e interrogado o réu. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: Paulo Roberto da Mota foi processado pelo delito descrito na denúncia, nas circunstâncias ali constantes. Na presente audiência foram ouvidas a vítima, duas testemunhas de acusação e interrogado o réu. A ação é procedente. A vítima ouvida confirmou os fatos narrados na denúncia, dizendo que foi abordada pelo réu, simulando que estava armado, exigindo a entrega da moto da vítima. A vítima reconheceu o réu na audiência. Os policiais ouvidos em juízo também confirmaram os fatos. O réu é confesso em Juízo. Ante o exposto, aguardo a procedência da presente ação, considerando-se que o réu é reincidente (fls.66, 67, 68, 70 e 72), devendo ser fixado o regime inicial fechado para o cumprimento da pena, face a audácia e periculosidade demonstrada pelo acusado. **Dada a palavra à DEFESA:**"MM. Juiz: O réu é confesso e a confissão harmoniza-se com o restante da prova. A confissão demonstra arrependimento. Na dosimetria da pena, requeiro o reconhecimento da confissão como atenuante, que deverá compensar-se com a reincidência, mantendo a pena no mínimo legal. O regime inicial deverá ser o semiaberto, considerado adequado e suficiente para o fim de retribuir o delito e evitar a prática de novas infrações. Encerrada a instrução e superados os fundamentos que autorizavam a prisão preventiva, que não pode doravante atribuir atributos típicos de pena, requer-se a concessão do direito de apelar em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**"VISTOS. Paulo Roberto da Moto, qualificado a fls.08, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, *caput*, do Código Penal,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

porque em 16.06.2014, por volta de 18h40, na Avenida Liberdade, Jardim Nova Santa Paula, em São Carlos, subtraiu para si, mediante grave ameaça exercida contra a vítima Paola Tozzeti Mancini, a motocicleta Honda C100 Biz, ano 2004, placas DLN 3671, São Carlos/SP. Consta que o réu, simulando o porte de arma de fogo, abordou a vítima no momento em que ela estacionava a motocicleta e anunciou o assalto. Nesta audiência foram ouvidas a vítima, duas testemunhas comuns e o réu. Recebida a denúncia (fls.40), houve citação e resposta escrita, sendo o recebimento mantido, sem absolvição sumária (fls.77). Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação, no regime fechado. A defesa pediu o reconhecimento da confissão, compensando-se com a reincidência, pena mínima, regime semiaberto e o direito de recorrer em liberdade. **É o Relatório. Decido.** O réu é confesso. A vítima reconheceu o réu em Juízo, reforçando o teor da confissão. Os policiais que prenderam o réu disseram que ele estava com a moto e também confessou o delito. Não há dúvidas sobre autoria e materialidade. O réu é reincidente (fls.69/70) e tem maus antecedentes (fls.71/72, 66/68). A confissão se compensa com a reincidência. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Paulo Roberto da Mota como incurso no art.157, *caput*, c.c. art.61, I, e art.65, III, "d", do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, considerando grande quantidade de condenações que configura maus antecedentes (fls.71/72 e fls.66/68), distintos daquelas condenações que configuram reincidência (fls.69/70), fixo-lhe a pena-base acima do mínimo legal, em 04 (quatro) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, mais 11 (onze) dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. A pena é tornada definitiva em **04 (quatro) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, mais 11 (onze) dias-multa, no mínimo legal**, pois a confissão se compensa com a reincidência. A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime fechado**, nos termos do art.33, e parágrafos, do Código Penal, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações. Estando preso, o réu reincidente não poderá apelar em liberdade. A repetição de crimes, bem evidenciada nos autos, com diversas condenações anteriores, demonstra ausência de ressocialização e persistência no ilícito, o que ofende a garantia da ordem pública, que justifica a prisão preventiva e a impossibilidade do recurso em liberdade. Não há alteração do regime, por força do artigo 387 §2º, do CPP. Comunique-se o presídio em que se encontra o réu. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Defensor Público:

Ré(u):